

Emoção, Razão e Ação em Kant

[Emotion, Reason, and Action in Kant]

Maria Borges *

Universidade Federal de Santa Catarina/CNPq (Florianópolis, Brasil)

1. O fantasma humeano: seria possível agir sem qualquer incentivo sensível?

Kant é bem conhecido como um filósofo moral que afirma que a moralidade deve basear-se apenas na razão e não precisa da ajuda das paixões. Ele é geralmente entendido como o oposto dos sentimentalistas, que baseiam a moralidade nas paixões ou na sensibilidade moral. Entretanto, muitos filósofos kantianos ainda sentem a necessidade de responder à pergunta humeana: como você poderia explicar a ação moral sem nenhum incentivo sensível? Muitos são os estudiosos de Kant que ainda estão assombrados pelo que eu chamaria de “o fantasma humeano”.

Iain Morison, na introdução do livro *Kant and the role of pleasure in moral action*, considera esse problema nos seguintes termos: “como Kant pode explicar a motivação moral enquanto separa a base da moralidade do lado patológico e, portanto, motivacional dos agentes humanos?” (Morison, 2008, p. 1). No artigo *Kant and Motivational Externalism*, Karl Ameriks insiste em que “se um kantiano ainda deseja atingir uma audiência verdadeiramente cosmopolita, faz sentido recuar além da perspectiva dos estudos kantianos e refletir sobre a exigência, feita pelos filósofos contemporâneos, de que qualquer teoria (moral) aceitável trate da sensibilidade” (Ameriks, 2006, p. 3). Mas talvez o caso mais surpreendente de capitulação kantiana ao fantasma humeano seja a afirmação de Paul Guyer no capítulo “A passion for reason” do livro *Virtues of Freedom*, onde podemos ler no último parágrafo: “Eu pessoalmente considero um conto de fadas a teoria kantiana, segundo a qual temos uma vontade livre noumenal que sempre nos permite fazer a coisa certa independente das nossas inclinações” (Guyer, 2016, p. 215).

Analisarei os textos de Kant, a fim de localizar onde podemos encontrar sensibilidade em sua teoria moral e em que sentido esses sentimentos são

* Bolsista produtividade do CNPq. E-mail: mariaborges@yahoo.com

necessários à ação. Podemos agir moralmente sem quaisquer incentivos sensíveis? Para um leitor tradicional da *Crítica da Razão Pura*, a resposta é inequivocamente positiva. Kant é explícito sobre essa possibilidade em A 534 / B562:

O arbítrio humano é de fato um *arbitrium sensitivum* e não *brutum*, mas *liberum*, porque a sensibilidade não torna sua ação necessária, mas no ser humano há uma faculdade de se determinar a si mesmo, independente da necessidade de impulsos sensíveis (*KrV*, A 534 / B562).¹

Na *Fundamentação*, a resposta parece ser também positiva. Não só se pode como se deve agir sem qualquer sentimento moral. A simpatia pela sorte de outras pessoas, como um sentimento que leva à beneficência, é analisada no exemplo bem conhecido da *Fundamentação*. Ao explicar a diferença entre agir por dever e conforme ao dever, Kant apresenta o exemplo de dois filantropos, distinguindo aquele que possui um forte prazer em espalhar a alegria entre os seres humanos daquele que ajuda outras pessoas por dever:

Admitindo, pois, que o ânimo desse filantropo estivesse nublado por uma amargura pessoal que apaga toda solidariedade com o destino dos demais, e que ele ainda tivesse recursos para fazer o bem aos miseráveis, mas a miséria alheia não o comovesse porque ele está suficientemente ocupado com sua própria, e que agora, quando nenhuma inclinação o estimula mais a isso, ele se arrancasse, no entanto, a essa sensibilidade mortal e realizasse a ação sem nenhuma inclinação, unicamente por dever, então só agora ela tem seu genuíno valor moral (*GMS*, AA 4: 398).

Kant também pergunta se não deveríamos considerar que sua ação teria um maior valor moral se a natureza tivesse colocado um pouco de simpatia em seu coração, e a resposta é negativa: “É aí mesmo que começa o valor do caráter, que é um valor moral e sem qualquer comparação o mais alto, a saber, que ele faça o bem, não por inclinação, mas por dever” (*GMS*, AA 4: 399).

Podemos distinguir claramente, no exemplo dos dois filantropos, uma ação feita de acordo com o dever e uma ação feita por dever: a primeira é realizada por compaixão e a segunda é realizada mesmo se o filantropo não se importar com a miséria de outras pessoas. A diferença entre um e outro é que o móbil do primeiro é a simpatia, que é uma inclinação sensível, enquanto a ação do segundo filantropo é executada em relação à lei moral. Kant considera que, se a compaixão pela sorte dos outros é o móbil de uma ação, então essa ação não tem um valor moral verdadeiro.

O exemplo dos filantropos na *Fundamentação* parece indicar que a mera presença de sentimentos morais aniquilaria o valor moral de uma ação. Por outro lado, a análise da maioria dos comentadores garante que a mera presença de alguns sentimentos, como a simpatia, não torna uma ação moralmente sem valor, se o

¹ Serão utilizadas, nas referências às obras de Kant, a edição da Akademie: *Kants gesammelte Schriften (Königlich Preussischen Akademie der Wissenschaften*, Berlin: Walter de Gruyter & Co., 1900-). A numeração refere-se ao volume e à página. Faz-se exceção para a *Crítica da Razão Pura*, que será citada segundo as edições A e B.

respeito pela lei moral fosse um móbil suficiente para a realização da ação. Esta tese é corroborada pela diferença que Kant estabelece entre utilidade e sentimento moral. Na *Fundamentação*, ao analisar o papel desempenhado pelo sentimento moral na filosofia de Hutcheson, Kant argumenta que esse sentimento está mais próximo da moralidade do que o princípio da utilidade, que apenas nos ensina a calcular melhor. Apesar do fato de que ambos são princípios empíricos e não nos dão a necessária pureza e formalidade de um princípio moral, pelo menos o sentimento moral permanece mais próximo da moralidade. Contudo, pelo fato de Kant preferir o sentimento moral à utilidade como uma razão para a ação moral, não se segue que ele alega que os sentimentos morais são condições necessárias para as ações morais. Tanto na *Fundamentação* quanto na *Crítica da Razão Prática*, a necessidade de apoiar a moralidade em um princípio prático não material leva à recusa em atribuir o papel de móveis morais a sentimentos como amor, benevolência e afeição.

Na *Crítica da Razão Prática*, Kant pretende provar a realidade objetiva da razão prática, isto é, que a razão é capaz de nos levar a agir moralmente, apesar dos bons ou maus sentimentos que temos. Provar que a razão pura pode ser prática é provar que ela pode, sozinha, determinar a vontade. Nós falharíamos em prová-lo se a vontade fosse sempre dependente de condições empíricas; portanto, se a vontade fosse sempre baseada em sentimentos ou paixões, isso significaria que a razão pura não pode ser prática e que a causalidade por liberdade é impossível. A *Fundamentação*, bem como a *Crítica da Razão Prática*, tem como objetivo obter, respectivamente, o imperativo categórico e a lei moral, na tentativa de provar que a razão pode determinar a vontade, sem a ajuda de móveis empíricos. Nesse contexto, Kant se recusa a atribuir o papel de móbil a sentimentos benevolentes, uma vez que estes seriam empíricos e contingentes, não podendo ser tomados como base para a determinação da vontade. Nesses textos, Kant afirma claramente que um sentimento é um incentivo subjetivo, sendo inadequado para o estabelecimento da moralidade e seu fundamento sobre a razão.

Na *Doutrina da Virtude*, no entanto, Kant nos surpreende com a alegação de que existem alguns sentimentos que são condições subjetivas de receptividade do conceito de dever (*TL*, AA 6: 399). Estes são: sentimento moral, consciência, amor aos seres humanos e autorrespeito. O sentimento moral é definido como “a suscetibilidade de sentir prazer ou desprazer apenas por estar ciente de que nossas ações são consistentes ou contrárias à lei do dever” (*TL*, AA 6: 399). Esse sentimento ambíguo pode ser patológico ou moral: patológico se “precede a representação da lei”, moral se “só pode seguir-se a ela” (*TL*, AA 6: 399). O sentimento moral parece ser um produto da representação da lei moral, conseqüentemente não é um incentivo para agir moralmente. No entanto, Kant é ambíguo quando afirma que o sentimento moral não é um sentido para o moralmente bom, mas uma suscetibilidade do arbítrio ser movido pela razão pura

prática. Ele também afirma que “Nenhum ser humano é inteiramente sem sentimento moral, pois se ele estivesse completamente carente de receptividade a ele, ele estaria moralmente morto” (TL, AA 6: 399). Aqui parece que a resposta à nossa questão sobre se alguém pode agir moralmente sem sentimentos morais é negativa, embora isso não implique que os sentimentos morais precedam a ação moral e funcionem como móbeis.

Qual poderia ser o papel do sentimento moral, se não é um móbil? O sentimento moral pode ser entendido como uma satisfação através do entendimento, como um prazer no conceito de lei moral. Como Kant escreve no *Nachlaß*, 1020:

*A causa impulsiva é uma impressão ou um conceito, uma representação de satisfação ou insatisfação através dos sentidos ou do entendimento, do agradável ou do bom: a primeira impulsiona por *stimulo*, a segunda por *motiva*. O *arbitrium immediate determinatum per stimulus* é *brutum*. (...) O *motive intellectualia pura* é o que agrada imediatamente no conceito, isso não é outra coisa senão uma boa vontade, já que tudo o mais só pode agradar condicionalmente como um meio (HN, AA 15: 456).*

O prazer imediato no conceito de lei moral é a própria boa vontade, não sendo portanto um estímulo sensível ou um móbil para ações morais. Mas e quanto ao respeito pela lei moral? Poderia ser considerado um incentivo à ação moral?

Kant é ambíguo sobre isso. Na *Fundamentação*, ele afirma que “a determinação da vontade pela lei e a consciência dessa determinação é o respeito” (GMS, AA 4: 401n), aparentemente encorajando a interpretação de que respeito não é um sentimento, sendo apenas a consciência dessa determinação moral. No mesmo texto, contudo, ele também afirma que respeito é um sentimento (*Gefühl*), embora não criado por um objeto externo: “Mas embora respeito seja um sentimento, não é recebido por meio de influência; é, ao contrário, um sentimento autoengendrado por meio de um conceito racional e, portanto, especificamente diferente de todos os sentimentos do primeiro tipo, que podem ser reduzidos à inclinação ou medo” (GMS, AA 4: 401n).

Existem três possibilidades a serem consideradas aqui: 1) respeito não é um sentimento, mas apenas a consciência da lei moral; 2) respeito é um sentimento, por isso não pode motivar a ação moral; 3) respeito é um sentimento e pode motivar a ação moral. Iain Morrison defendeu a terceira possibilidade. Ele afirma que

é possível ler Kant como afirmando que o respeito é um sentimento complexo - composto de sentimentos de prazer e dor - que é de alguma forma produzido ou causado por (e portanto, distinto) da lei moral. Sob esse ponto de vista, o respeito não é identificado com a lei moral. Em vez disso, é um sentimento causado pela lei moral, e motiva na medida em que é composto de uma combinação de sentimentos de prazer e dor (Morrison, 2008, p. 5).

Minha posição aqui é diferente da de Iain Morrison. Embora reconheça, como ele, que o respeito é um sentimento complexo e não apenas a consciência da lei moral, sustento que esse sentimento não é o que nos motiva, porque nenhum sentimento seria necessário para motivar uma ação moral pura. E foi isso que tornou Kant diferente de seus predecessores sentimentalistas. Morrison considera que apenas a dimensão cognitiva do respeito motiva a ação moral. Para mim, o que Morrison chama de dimensão cognitiva do respeito nada mais é do que o pensamento da lei moral, e não o sentimento de respeito em si. Então, estou inclinada a sustentar a tese 2: respeito é um sentimento causado pela lei moral e não é um móbil dessa ação.

Frierson, no livro *A psicologia empírica de Kant* chama a atenção para o debate entre “intelectualistas” e “afeccionistas”/ “affectionists”:

Os intelectualistas (Allison, Guyer², Reath) afirmam que a ação moralmente boa é motivada unicamente pela cognição ou consciência da lei moral, com um sentimento (de respeito) geralmente visto como um efeito da motivação moral em vez de sua causa. Os afeccionistas/ “affectionists” (McCarthy, Singleton, Hererra, Morrison, Nauckhoff) argumentam que o sentimento é a causa imediata da motivação moral, o meio pelo qual uma cognição de outra maneira inerte da lei moral pode dar origem a uma ação (Frierson, 2014, p. 117).

Segundo Frierson, o debate intelectualista-afeccionistas apresenta evidências textuais para os dois lados. Janelle DeWitt, no artigo *Respeito pela lei moral: o lado emocional da Razão*, afirma que o respeito tem uma dualidade e parece incorporar uma contradição, já que é ao mesmo tempo um motivo moral e um sentimento e estes são considerados mutuamente exclusivos. Ela também mostra que há duas visões dominantes em relação a qual dos dois estados eles identificam como respeito: “Andrews Reath é aquele que argumenta que o respeito é a consciência da lei moral e portanto o motivo moral, enquanto Paul Guyer identifica o respeito como uma consequência patológica, e assim, o vê como um sentimento” (DeWitt, 2013, p. 2).

Poderíamos considerar que existem três posições: os intelectualistas, os afeccionistas e a posição mista (Ian Morrison, Janelle De Witt). De Witt afirma que as emoções assumem a forma de juízos avaliativos, e o respeito é uma emoção puramente racional.

Eu afirmo que as evidências mais fortes estão do lado dos intelectualistas. Na *Fundamentação*, Kant afirma que “a determinação imediata da vontade por meio da lei e a consciência disso é chamada respeito, de modo que isto é considerado como o efeito da lei e não como a causa da lei” (GMS, AA 4: 402). Além disso, no capítulo III da *Crítica da Razão Prática*, Kant afirma que:

² Ainda que a divisão feita por Frierson entre intelectualistas e afeccionistas seja correta, Paul Guyer certamente se insere nos segundos e não entre os primeiros.

Se a determinação da vontade ocorre em conformidade com a lei moral, mas somente por meio de um sentimento, de qualquer tipo, e isso tem de ser pressuposto para que a lei se torne uma base determinante suficiente da vontade, de modo que a ação não seja feita por causa da lei, então a ação conterà legalidade de fato, mas não moralidade (*KpV*, 5: 71).

Nesse sentido, concordo com alguns comentadores, como Reath, para quem o sentimento de respeito não pode ser uma motivação para a lei moral. Afirmar que respeito é um sentimento não implica que esse sentimento tenha o papel de móbil ou motivação para uma ação moral. Além disso, o fato de que o respeito seja um sentimento autoengendrado por um conceito racional não implica que o respeito careça de propriedades sensíveis. Na *Antropologia*, Kant afirma que sentimentos de prazer e desprazer podem ser um efeito de uma ideia ou conceito (*Anth*, AA 7: 230). Então, um sentimento intelectual, como ele o denomina, não significa que um sentimento é em si um conceito, desprovido de propriedades sensíveis, ou que as emoções tomam a forma de julgamentos de avaliação, como é afirmado por DeWitt. Significa que é um sentimento (*Gefuhl*) e tem propriedades sensíveis, mas foi causado por uma ideia. Uma incompreensão da propriedade sensível de algo que pode ser causado por uma ideia é a fonte de alguns erros dos estudiosos de Kant.

Kelly Sorenson, em seu artigo sobre a taxonomia das emoções de Kant, explica a natureza do respeito, quando analisa a relação entre desejos e sentimentos:

O desejo envolve necessariamente sentimentos, mas o desejo é de dois tipos, dependendo se o prazer associado a ele é a causa do desejo ou, em vez disso, seu efeito (K3 5: 221-2; M M 6: 212). Kant chama o desejo causado pelo prazer [*Begierde*] de desejo no sentido restrito (MM6: 212). Nesse caso, um agente procura provocar a existência de algum objeto ou estado de coisas devido a algum prazer antecedente. Quando esses desejos são habituais, Kant lhes dá seu próprio termo: inclinações. No caso do outro tipo de desejo, o prazer é o efeito do desejo. Esta é a razão que causa o desejo, que por sua vez resulta em prazer. Já na *Fundamentação*, Kant reconhece a existência de pelo menos um desses desejos causados pela razão: ele chama o sentimento necessariamente relacionado com este desejo de “respeito” ou “sentimento moral” (Sorenson, 2002, p. 114).

Sorenson também mostra que o tratamento do respeito e do sentimento moral no tratamento do respeito de Kant na terceira Crítica é consistente com a caracterização dessas emoções na *Fundamentação* e na segunda Crítica. Na *Crítica do juízo* (*KU*, AA 5: 289), Kant afirma que, quando um princípio a priori determina a vontade, há prazer associado a isso, o sentimento moral, que é a consequência dessa determinação. Isto não está em contradição com o que é declarado na *Fundamentação*, onde o respeito é dito ser “um sentimento autoproduzido por meio de um conceito racional” (*GMS*, AA 4: 401n). A diferença entre o desejo causado pelo objeto e o desejo causado pela razão pode explicar como o prazer e desprazer

podem ser uma parte importante da moralidade, sem serem o motivo ou o móbil da ação moral.

2. Simpatia e beneficência

Kant sem dúvida reconhece que sentimentos de simpatia podem desempenhar o papel de um incentivo moral, quando a representação do dever por si só não é suficiente, “pois este ainda é um dos impulsos que a natureza implantou em nós para fazer o que a representação do dever sozinho pode não conseguir” (*TL*, AA 6: 457). Se a representação da lei não for suficiente para provocar a ação, é um dever promover nossos bons sentimentos naturais para adicionar um incentivo natural a um moral racional. Indo, portanto, além do espírito da *Fundamentação*, Kant admite que a simpatia, devidamente cultivada para responder às situações corretas, pode ser o incentivo de uma ação moral que se realiza através do motivo do dever. Neste caso, este dever deve ser entendido em dois níveis: primeiro, dever de realizar ações morais; segundo, um dever derivado de usar sentimentos naturais quando a consideração sobre a correção moral da ação não é suficiente para iniciar a ação.

O papel que Kant atribui à simpatia é, portanto, de um sentimento moral provisório, que pode auxiliar na realização de boas ações, quando o sentimento de respeito pela lei moral ainda não está suficientemente desenvolvido. Como observa Nancy Sherman, isso é uma moralidade *faute de mieux*, isto é, uma espécie de moralidade provisória: é uma moralidade de tipo inferior, uma moralidade imatura que finalmente será substituída no progresso do indivíduo. Nancy Sherman, no entanto, admite que sentimentos como simpatia, compaixão e amor possuem um papel moral perceptivo em Kant, isto é, que “ainda precisamos das emoções patológicas para decidir onde e quando esses fins (da lei moral e suas esferas de justiça e a virtude) são apropriados” (Sherman, 1990, p. 159).

Sherman parece estar correta e ser fiel aos textos quando examina o papel provisório de sentimentos como compaixão, amor, afeição, uma vez que Kant realmente admite uma função para estes na realização de ações morais, quando o mero respeito pela lei não é forte o suficiente para acionar a ação. O papel perceptivo, no entanto, é mais questionável, já que a ideia de que as emoções são cegas parece permanecer uma constante no trabalho de Kant, sem variações entre a *Fundamentação* e a *Doutrina da Virtude*. A crítica da simpatia como um possível móbil para uma ação moral foi baseada, no caso do filantropo, não no desprezo pela simpatia em si, mas na ideia de que a simpatia, por si mesma, não poderia nos mostrar qual curso de ação é a moral. Um bom exemplo dado na literatura contemporânea é fornecido por Barbara Herman: ouvimos alguém clamando por ajuda para carregar algo pesado, ajudamos essa pessoa e depois ficamos sabendo

que uma escultura em um museu de arte foi roubada por um ladrão. Neste exemplo, alguém acabou ajudando um ladrão a realizar seu ato errado. E isso foi feito por simpatia.

Na *Doutrina da Virtude*, a simpatia pode desempenhar o papel de um incentivo moral, se for treinada e controlada pela vontade, o que também nos informará quando esse sentimento deve ser ativado. Esta é a razão pela qual a humanidade é dividida em humanidade livre e não livre. A humanidade livre (*humanitas practica*) é a capacidade e a vontade de usar o sentimento de simpatia para promover a felicidade dos outros, o que inclui um procedimento para decidir em quais casos eu devo colocar em movimento esse sentimento. Um estoico que decide não colocar em movimento seus sentimentos de simpatia age de tal maneira, porque sabe que não pode fazer nada para ajudar seu amigo; entretanto, se ele tivesse algo prático que pudesse fazer, ele ativaria seus sentimentos de compaixão, uma vez que estes teriam como consequência uma verdadeira ação beneficente. Consequentemente, nessa nova visão de simpatia apresentada na *Doutrina da Virtude*, esse sentimento é controlado pela razão, que difere da abordagem negativa da simpatia apresentada na *Fundamentação*, o que é confirmado pelas notas de Mrongovius sobre a Antropologia (1784/85), segundo a qual uma das razões pelas quais a simpatia é inapropriada como incentivo é o seu registro sensível: “se [a simpatia pela alegria e a dor] se torna um afeto, então o ser humano se torna infeliz. O ser humano se torna, por simpatia, apenas sensível e não ajuda os outros” (*V-Anth/Mron*, AA 25.2: 1348).

Assim, para tornar a simpatia efetiva e transformá-la em beneficência, deve-se ir a hospitais e outros lugares, a fim de ver o sofrimento de outras pessoas; é um dever, diz Kant, “não evitar os lugares onde os pobres que não têm as necessidades mais básicas são encontrados, mas procurá-los, e não evitar as enfermarias ou as prisões dos devedores e assim por diante, a fim de evitar o compartilhamento de sentimentos dolorosos que alguém pode não ser capaz de resistir” (*TL*, AA 6: 457). Este *habitus* não visa desenvolver personalidades compassivas, mas sim treinar nossos sentimentos de compaixão e simpatia para que possam ser usados como meio de realizar boas ações. No entanto, os sentimentos de amor, simpatia e compaixão são, em si mesmos, moralmente cegos, dependendo dos princípios morais a serem postos em prática na situação correta.

3. Afetos e Paixões

Kant define afetos como pertencentes “à sensação de prazer e desprazer”, enquanto as paixões pertencem “faculdade de desejar” (*V-Anth/Mron*, AA25.2: 1340). Nas aulas de Metafísica, ministradas na década de 1770, Kant explica que o sentimento está relacionado à maneira como somos afetados por um objeto e não às

propriedades do objeto: “Se falo de um objeto na medida em que é belo ou feio, agradável ou desagradável, não conheço o objeto em questão, em si, como é, mas como me afeta” (*V-Met-L1/Pölitz*, AA 28: 245).

Afetos são sentimentos de prazer ou desprazer que impedem a reflexão através da qual as inclinações deveriam ser submetidas a máximas racionais; são súbitos e imprudentes, impossibilitando a reflexão (*TL*, AA 6: 408), são como a água que rompe uma represa ou um ataque de apoplexia (*Anth*, 7: 252). Eles podem levar o agente à cegueira moral, já que impedem a deliberação, com o consolo de que essa tempestade emocional desaparece facilmente e se acalma, permitindo que o sujeito retorne a um estado em que a reflexão é possível novamente. Ele cita o exemplo de alguém que se casa por amor e é cego para as falhas no caráter de sua amada, mas recupera sua visão uma semana após o casamento (*Anth*, AA 7: 253). O exemplo paradigmático kantiano de afeto é a raiva, um sentimento tempestuoso por natureza e tão inconstante como o amor.

O domínio das inclinações em Kant também inclui a paixão, que está relacionada à faculdade de desejar e se refere a um forte desejo por algo. A paixão também está relacionada à sensação, no entanto, não está ligada à maneira como somos afetados por um objeto, mas ao modo como o desejamos. A faculdade do desejo admite quatro níveis de intensidade: o primeiro é a propensão (*Hang, propensio*), quando se tem um desejo que precede a representação do objeto. Em *Lições de Antropologia/Mrongovius* (*V-Anth/Mron*, AA 25.2: 1340), Kant menciona a tendência das pessoas do norte a beber bebidas fortes como um exemplo de propensão. O segundo é o instinto (*Instinkt*), que consiste em um desejo sem conhecer previamente o objeto pelo qual é satisfeito, por exemplo, o instinto de um bebê por leite ou o instinto de um animal para proteger sua prole (*Anth*, AA 7: 265). O terceiro nível é a inclinação (*Neigung, inclinatio*), que é definido como um desejo habitual e exemplificado com o desejo de jogar ou beber. Se uma inclinação é muito forte, torna-se uma paixão (*Leidenschaft, passio animi*), que é o último grau da faculdade do desejo. A inclinação, argumenta Kant, é “um desejo sensual habitual”, e a paixão é a “inclinação que dificilmente pode ser - ou não é - controlada pela razão” (*Anth*, AA 7: 251).

Se desconsiderarmos, no momento, a diferença como eles estão relacionados aos objetos, descobrimos que tanto os afetos quanto as paixões são consideradas doenças da mente, porque tanto o afeto quanto a paixão atrapalham a soberania da razão. No entanto, o primeiro é menos prejudicial do que o posterior. Isso pode ser mostrado se compararmos raiva (afeto) com ódio (paixão). A raiva se intensifica rapidamente e diminui de maneira igualmente instantânea. O ódio, porque é uma paixão, não permite tal controle.

Uma vez que as paixões podem ser acopladas com a mais calma reflexão, pode-se ver facilmente que elas não devem ser tão imprudentes quanto às emoções, nem

tempestuosas e transitórias; em vez disso, eles devem criar raízes gradualmente e até mesmo ser capazes de coexistir com a razão (*Anth*, AA 7: 266).

As paixões estão mais intimamente relacionadas com o arbítrio; no entanto, isso não implica que elas possam ser controladas pela razão. Elas podem ser consideradas uma perversão da razão, uma vez que “enraizam-se” na razão e coexistem com a decisão racional. Curiosamente, os aspectos irracionais dos afetos os tornam preferíveis às paixões. Kant usa muitas metáforas médicas para enfatizar essa distinção: afeto é um intoxicante que causa dor de cabeça, enquanto a paixão é um veneno que causa uma doença permanente (*Anth*, AA 7: 252), afeto é um delírio (7: 266) ou um ataque de apoplexia (7: 252), enquanto a paixão “funciona como uma atrofia” (7: 252) ou uma doença que recusa toda a medicação (7: 266), as paixões são “feridas cancerosas por pura razão prática” (7: 266) às quais o médico da alma só poderia prescrever medicamentos paliativos (7: 252). O discurso metafórico acerca da enfermidade das emoções nos fala sobre seu grau da propensão ao mal. Afeto, a menos perigosa das “doenças da mente”, está relacionado à fraqueza que ainda pode coexistir com uma boa vontade.

Enquanto afetos são explosões de sentimentos, que podem coexistir com um coração bom, porém fraco, as paixões são uma tendência persistente que pode levar o agente a escolher máximas contra a lei moral. Aqui o mal não vem da fragilidade, mas da escolha de uma máxima contrária à moralidade.

Na *Religião*, Kant afirma que o princípio maligno da natureza humana pertence às paixões, “que causam uma devastação tão grande na disposição original do [ser humano]” (*RGV*, AA 6: 93), referindo-se principalmente às paixões sociais da ambição, desejo de dominação e ganância. Seu perigo consiste em ter características da razão: “a paixão parece imitar a ideia de uma faculdade que está intimamente ligada à liberdade, pela qual somente esses propósitos podem ser alcançados” (*Anth*, 7: 270). As paixões imitam a racionalidade no sentido de que podem calcular meios para os fins desejados, o que pode ser visto na análise da ganância. Kant explica essa paixão como o desejo de ter tudo o que é bom: “o dinheiro é uma senha, e todas as portas, que estão fechadas para o homem de poucos recursos, se abrem para aqueles a quem Plutus favorece”. (*Anth*, AA 7: 274). Embora a ganância seja uma paixão e não esteja relacionada à autodeterminação moral de um agente, ela está relacionada a um cálculo dos meios para ter tudo materialmente e para abrir todas as portas proibidas aos pobres.

Na *Religião*, Kant defende que as inclinações são boas e que o mal deve ser pesquisado em um princípio racional. Na *Antropologia*, mostra-se que tanto afetos como paixões podem impedir a vontade, seja como um sentimento tempestuoso que dificulta a realização da ação baseada em uma máxima moral, seja entrando na escolha da máxima. Tanto na *Religião* quanto na *Antropologia*, Kant afirma que o pior mal reside em um princípio racional, não em um princípio natural. O princípio

do mal não deve ser pesquisado na natureza empírica do homem, mas em sua perversão racional.

A extirpação de afetos não é o objetivo necessário de Kant e ele até mesmo alega que a extirpação de inclinações “não seria apenas fútil, mas prejudicial” (RGV, AA 6: 58). No entanto, é uma posição invariável em Kant que devemos extirpar as paixões, uma vez que não são sentimentos ou inclinações naturais. Que o mal das paixões seja pior que o mal dos afetos pode ser atestado por muitas passagens na *Religião*. Kant até cita a bíblia - “temos que lutar não contra a carne e o sangue (as inclinações naturais), mas contra os principados e poderes, contra os maus espíritos” (RGV, AA 6: 60) - para afirmar que o mal não reside em móbeis sensíveis. Os afetos podem ser a causa da fraqueza, mas as paixões são a causa do verdadeiro mal.

4. Um Kant emocional?

Kant tem sido criticado por muitos filósofos por não permitir qualquer papel para emoções na vida moral. Bernard Williams até culpa a moralidade de Kant por essa falha na ética contemporânea. Em um capítulo célebre de *Problems of the Self*, intitulado “Moralidade e emoções”, ele lamenta que a recente filosofia moral na Grã-Bretanha não tenha prestado atenção suficiente ao problema das emoções. Segundo ele, os filósofos britânicos limitam-se a reconhecer as emoções em “um de seus papéis tradicionais como possíveis motivos de retrocesso e, portanto, como potencialmente destrutivos da racionalidade e consistência moral”. Williams atribui isso à teoria moral de Kant. Em oposição a isso, ele se esforça para descartar várias visões kantianas sobre emoções, como aquela segundo a qual as emoções supostamente são muito caprichosas, passivamente vivenciadas e apenas um produto da causação natural.

O que Williams não leva em consideração é o fato de que na moralidade de Kant existe um lugar para as emoções, no sentido de que sua filosofia prática não é composta apenas de princípios a priori, e que deveria ser complementada por uma visão de emoções. Para fazer justiça à filosofia de Kant, é preciso reconhecer que sua antropologia moral lida com as emoções, analisando todo o espectro de afetos e paixões humanas.

A filosofia prática kantiana tem um lugar para emoções, entretanto, essas não são um fenômeno único, e as teorias de Kant sobre elas são multifacetadas e complexas. Como explorei aqui, Kant não tem uma teoria única para emoções, nem mesmo uma única palavra para elas. Enquanto a simpatia pode ajudar na realização de boas ações, as paixões podem levar ao mal.

Após a publicação da *Vorlesungen über Anthropologie*, em 1997, muitos estudiosos de Kant também descobriram que Kant pensou sobre as emoções e que

sua teoria como um todo tem um lugar para elas. Principalmente os estudiosos norte-americanos de Kant, como Paul Guyer, Barbara Herman, Nancy Sherman e Marcia Baron mostraram que Kant não era aquele filósofo frio que negava qualquer papel à emoção na vida prática. Depois deles, uma nova geração de filósofos foi mais longe nessa tarefa, e entre eles estão Ian Morrison, Alix Cohen, Patrick Frierson, Michel Rohlf, entre outros.

Todos esses estudiosos nos ajudaram a entender Kant mais amplamente. Alguns deles, no entanto, foram longe demais em ver as emoções como tendo um valor moral intrínseco. Pela razão oposta de Willians, eles também estão errados. Afetos e paixões são mais fontes de mal do que bem. Mesmo que poucos sentimentos morais possam ajudar na realização de boas ações, eles nunca terão a firmeza da lei moral.

Referências Bibliográficas

- AMERIKS, K. “Kant and Motivation Externalism”. In: KLEMME, H.; KUHN, M. SCHONEKER, B. D. (orgs.). *Moralische Motivation*, 2006.
- De WITT, J. “Respect for moral law: the Emotional Side of Reason”. *Philosophy*, 2003
- FRIERSON, P. *Kant’s empirical psychology*. Cambridge, Cambridge University Press, 2014.
- GUYER, Paul. *Virtues of Freedom*. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- MORRISON, I. *Kant and the Role of Pleasure in Moral Action*. Athens: Ohio University Press, 2008.
- SHERMAN, N. “The Place of Emotions in Kantian Morality”. In: FLANAGAN; RORTY. *Identity, Character and Morality, Essays in Moral Psychology*. Cambridge: MIT Press, 1990.
- SORENSEN, K. “Kant’s taxonomy of emotions”, *Kantian Review*, n. 6 (2002).

Resumo: Embora Kant nunca tenha usado a palavra "emoção" em seus escritos, ela tem um significado vital para entender sua filosofia. Nesta palestra, ofereço uma leitura do papel das emoções, levando em conta suas múltiplas manifestações na obra de Kant, incluindo afetos e paixões. Eu exploro como, na visão de mundo de Kant, nossas ações são informadas, contextualizadas e dependentes da tensão entre emoção e razão. Por um lado, há emoções morais positivas que podem e devem ser cultivadas. Por outro lado, afetos e paixões são considerados doenças da mente, na medida em que levam à fraqueza da vontade, no caso dos afetos, e ao mal, no caso das paixões. Entender o papel dessas emoções enriquece nossa compreensão da teoria moral de Kant.

Palavras-chave: emoção, simpatia, ação, afeto, paixão

Abstract: Though Kant never used the word ‘emotion’ in his writings, they are of vital significance to understanding his philosophy. In this talk I offer a reading for the emotion in his work, taking into account its many manifestations in Kant’s work including affect and passion. I explore how, in Kant’s world view, our actions are informed, contextualized and dependent on the tension between emotion and reason. On the one hand, there are positive moral emotions that can and should be cultivated. On the other hand, affects and passions are considered illnesses of the mind, in that they lead to the weakness of the will, in the case of affects, and evil, in the case of passions. Seeing the role of these emotions enriches our understanding of Kant’s moral theory.

Key-words: emotion, sympathy, action, affect, passion

Recebido em: 06/2018

Aprovado em: 07/2018